



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

QUILOMBOS BRASILEIROS: TRAJETÓRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Fernando Bueno Oliveira*

A FORÇA ESCRAVA COMO FORMA DE MANUTENÇÃO DA RIQUEZA

Ao longo do século XIX, os negros escravizados continuaram desempenhando um decisivo papel para a economia brasileira. A força escravizada era importantíssima na produção e na manutenção de riquezas para os “seus senhores”. O medo desses senhores de perdê-la, gerava constantemente diferentes formas de opressão e castigo, o que, conseqüentemente, também acendia, dentre os escravos, formas de resistência à ordem escravista, como foi o caso da formação dos quilombos de escravizados negros.

Em leitura a diferentes obras que se referem às características econômicas e sociais do Brasil ao longo do século XIX, apreendemos informações importantes na compreensão da relação entre senhores e africanos escravizados. Em todas elas, observa-se que o negro escravo era sempre avaliado como mera peça para a execução de tarefas. Entretanto, uma “peça” que, na visão de Moura (1981; 1987), era a grande agente responsável pela dinâmica econômica brasileira nos períodos colonial e imperial, o que

* Universidade Estadual de Goiás – Brasil (UNUCSEH/UEG). Mestrando do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER. E-mail: fernandobuenoogo@gmail.com; orientando (no período de 2014 a 2016) da prof. Dr. Maria Idelma Vieira D’Abadia, professora do TECCER. E-mail: midabadia@bol.com.br.

nos permite concluir que sem ele, o africano escravizado, não haveria a mínima possibilidade de sustentar a implantação dos moldes capitalistas em terras brasileiras.

Não poderíamos deixar de considerar a obra do sociólogo Octavio Ianni (1978) que, embora seja antecessora à obra de Moura (1987), pode ser perfeitamente aqui encaixada, por apresentar importantes reflexões acerca da relação entre a escravidão e o capitalismo, temática a ser abordada nesse pequeno capítulo.

No Brasil, inicialmente, as famílias advindas da metrópole Portugal contavam com o apoio do Reino e, desde já, com a chance de aquisição de escravizados advindos do continente africano, o que lhes possibilitariam a criação e a manutenção de lavouras de cana-de-açúcar e engenhos. Já ao longo do século XVIII, as famílias provenientes de outros países europeus, encontravam por aqui a possibilidade de enriquecimento a partir da utilização da força escrava nas áreas de mineração e, posteriormente, na produção cafeeira.

Ianni (1978) considerando diferentes teóricos, tais como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Gilberto Freyre, admite que “em síntese, foi o capital comercial que gerou as formações sociais construídas nas colônias do Novo Mundo, provocando dessa maneira uma intensa acumulação de capital nos países metropolitanos” (p. 3). Na mesma obra, o autor tece diferentes reflexões, inclusive, acerca do racismo na sociedade escravista, quando o negro escravizado era considerado pelas classes mais abastadas como um ser desprovido de cultura. Critica Gilberto Freyre (1952) e Fogel & Engerman (1974) que, segundo Ianni, para eles, a escravidão aparece como sistemas fechados, encerrados em si, sem movimentos estruturais (pp. 84-85). Fogel e Engerman chegam a defender a ideia que o escravismo americano possibilitou um melhor nível de vida aos escravizados (p. 85).

Percebe-se a desumanização do escravizado brasileiro ao se ler, por exemplo, certas literaturas da época escravista e as próprias anotações de diários íntimos de senhores(as) de escravos. A efeito de demonstração ao leitor, elencamos três registros de escritos que remetem ao século XIX, os quais consideram o escravo como mera “peça” ou “máquina” de trabalho, sem nenhuma marca de impressão sentimental.

Em referência à alta sociedade cafeeira do vale do Paraíba, selecionamos o livro escrito pelo Barão do Paty do Alferes e o diário íntimo da viscondessa de Arcozelo; em marco regional selecionamos anúncios do jornal “Matutina Meiapontense”. Numa

perspectiva de análise que se baseia na forma em que os escravos eram tratados e do papel que desempenhavam na economia brasileira, tais trabalhos serão apresentados e discutidos a seguir.

Iniciamos essa discussão tendo como base a obra de Ana Maria Mauad e Marianna Muaze (2004) na qual evidenciam as memórias da viscondessa do Arcozelo, por intermédio de seu diário íntimo. Ao tratarem sobre tal diário, as mesmas autoras abordam, resumidamente, a trajetória do barão do Paty do Alferes, pai da viscondessa.

Como coronel da Guarda Nacional, o barão atuou no levante de escravos liderado por Manoel Congo na Fazenda Esperança, também chamada de fazenda Freguesia, em 1838. Tal escravo liderou um movimento de rebelião dentre os escravos da referida fazenda, sendo capturado e enforcado na cidade de Vassouras em seis de setembro de 1839. O mesmo barão, além de ter dado fim a esse movimento atuou, ainda, no cerco do quilombo de Entre-Rios.

Antes de prosseguirmos, é importante constar que os escritos que compõem esse diário, objeto de trabalho de Mauad e Muaze (2004), caracterizam o estilo de vida dos fazendeiros da região do vale do Paraíba durante a segunda metade do século XIX. A época em que tal diário foi confeccionado era marcada, ainda, pela “consolidação de uma aristocracia cafeeicultora, dignitária do Império, cujo poder provinha da posse de terras e escravos” (MAUAD & MUAZE, 2004, p. 199). Evidenciam, dessa forma, que os escravos dinamizavam a economia cafeeira e representavam, então, a riqueza de barões do café.

Conforme a obra citada, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o barão do Paty do Alferes, herdou, como único filho do casal Francisco Peixoto de Lacerda e Ana Matilde Werneck, uma imensa riqueza, dentre fazendas e propriedades urbanas.

Interessante observar que o mesmo barão, preocupado em repassar ao seu filho os seus conhecimentos que resultaram em tamanha prosperidade, chega a escrever um livro, do qual faremos algumas citações. O livro *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*, primeira edição de 1847, “foi muito bem recebido pelos cafeeicultores, atentos aos conselhos de um proprietário tão bem-sucedido, além de ser considerado por Taunay um precioso informativo sobre as fazendas da região” (MAUD & MUAZE, 2004, p. 201).

Nesse livro, dentre informações relacionadas à lida diária numa fazenda, o mesmo barão repassa instruções sobre a escravatura, assunto que dedica um capítulo inteiro intitulado com o mesmo nome, orientando ao leitor sobre as melhores maneiras de se aproveitar do trabalho escravo.

Já nas primeiras páginas de seu livro, o barão admite que os escravos representam a máxima parte da fortuna de um fazendeiro, devendo o mesmo refletir que “na conservação desses e na sua saúde e bem-estar, é que consiste a prosperidade da sua indústria” (p. 16). Admitindo que a vitalidade dos escravos representa a produção da riqueza, critica a forma que alguns fazendeiros os tratavam quando diz que “alguns agricultores não atendendo a seus interesses conservam seus escravos em cloacas úmidas e mal ventiladas, onde adquirem moléstias ou incômodos insidiosos que posteriormente os levam ao túmulo” (p. 16).

Chama-nos a atenção que o barão instrui a se usar ao máximo da força de seus escravos, inclusive em trabalhos noturnos, colocando que o administrador da fazenda “ordenará então o serão da noite, ou no paiol ou no engenho de mandioca” (p. 35). Em alerta a eventuais prejuízos quanto à aquisição de escravos, o barão coloca que alguns escravos poderiam estar acometidos de enfermidades, portanto, orienta aos fazendeiros a não adquirirem escravos fiados “porque se vos morrem, estão a pagos, e a perda é menos sensível” (p. 39).

Outra preocupação do barão dizia respeito à revolta de escravos. Para que isso não ocorresse aconselhava que “o escravo deve ter domingo e dia santo, ouvir missa, se a houver na fazenda, saber a doutrina cristã, confessar-se anualmente: é isto um freio que os sujeita muito, principalmente se o confessor sabe cumprir o seu dever, e os exorta para terem moralidade, bons costumes, amor ao trabalho e obediência cega a seus senhores e a quem os governa” (p. 39).

Em repúdio às revoltas da escravaria, o mesmo livro instrui a importância dos senhores na manutenção de uma postura “equilibrada” diante de seus escravos. Sendo assim, o barão diz que “o extremo aperreamento desseca-lhes o coração, endurece-os e inclina-os para o mal. O senhor deve ser severo, justiceiro e humano” (p. 41). E continua: “Nem se diga que o escravo é sempre inimigo do senhor; isto só sucede com os dois extremos, ou demasiada severidade, ou frouxidão excessiva, porque esta os torna irascíveis ao mais pequeno excesso deste senhor frouxo, e aquela leva-os à desesperação” (p. 42).

Com vistas a manter os escravos “sadios” o barão receita que “o escravo trabalhador de roça deve comer três vezes ao dia; almoçar as oito, jantar a uma hora, e ceiar das oito até nove. Sua comida deve ser simples e sadia. Em serra acima, em geral, não se lhe dá carne; comem os escravos feijão temperado com sal e gordura, e angu de milho, o que é alimento muito substancial” (p. 43).

Das citações acima, pode-se inferir que não ocorrem, em momento algum, sentimentos de humanidade, mas o interesse em garantir que a força escrava se mantivesse como mantenedora da prosperidade de seus senhores.

O segundo exemplo do que nos propomos a tratar diz respeito às anotações da viscondessa do Arcozelo, ou Maria Isabel de Lacerda Werneck, às quais foram, em partes, copiladas e analisadas na obra de Mauad e Muaze (2004). Segundo elas, o hábito da viscondessa de anotar o cotidiano da família foi herdado da sua própria mãe, uma baronesa. Num fragmento do referido diário as autoras ilustram a fortuna da família da viscondessa, grande parte herdada de seu pai, o barão do Paty do Alferes:

No Rio de Janeiro – 10 casas na rua da Relação; 2 casas na rua dos Inválidos e a mobília existente no prédio no 5 da rua Almirante Tamandaré. Em Portugal – na cidade do Porto, Freguesia do Arcozelo – várias propriedades. No município de Vassouras as fazendas Arcozelo, Monte Alegre e Piedade, com casa residência com capela e mais dependências, 4 casas em mal estado; um moinho em mal estado; uma casa onde se aça o engenho; um rancho para a tropa; uma casa-enfermaria para velhos (PAULA E PONDE ([19-], p. 137) apud MAUAD & MUAZE, 2004, p. 204).

Constata-se, assim, que a força escrava gerava lucros certos e o aumento do volume de posses às famílias dos barões do café. Sabe-se, entretanto, que a segunda metade do século XIX foi marcada pelo processo de libertação dos escravos, tendo seu ponto culminante em 1888, quando é assinada a Lei Áurea. As revoltas de escravos continuam a ocorrer e uma das estratégias das famílias detentoras da força escrava era a da “aproximação”, acompanhada de certa generosidade. Dessa forma, uma das preocupações da viscondessa era a de prestar uma atenção maior em relação aos seus escravos. As mesmas autoras expõem que “todos os itens ligados a gerência da casa eram anotados detalhadamente [...] O pagamento de mercadorias aos escravos [...] Os escravos libertos e os batizados”. E continuam: “numa terceira camada estão os trabalhadores que sustentam a reprodução da riqueza: nesse caso, a proximidade é a garantia do controle” (MAUAD & MUAZE, 2004, p. 205).

Em seu diário, os escravos são constantemente citados, fato que simboliza a preocupação da viscondessa em relação àqueles que se configuravam a força responsável na manutenção da sua fortuna. Além disso, em consonância com as anotações constantes no diário, permite-se inferir que para aquela família, não diferente do que ocorreu com a de outros barões do vale do Paraíba no referido período, o trabalho escravo ingressava numa situação de franco declínio. Conforme as mesmas autoras, “os escravos são presença constante e podem ser denominados pretos, mas também pardos e *creoullos*, para diferenciá-los dos libertos, da gente da roça e dos feitores. Evidencia-se, no relato, a decadência gradual do trabalho estritamente escravo, que é substituído pelo trabalho remunerado, dentro e fora de casa” (IDEM, IBIDEM, p. 206).

Outra passagem demonstra com nitidez refinada o prenúncio do fim da escravidão, quando, em ilustração a um fato relacionado ao nascimento da primeira neta da viscondessa e a necessidade de uma ama-de-leite, as autoras expõem que:

A ama cuidadosamente escolhida foi Agostinha, que partiu acompanhada do empregado Joaquim para o Rio de Janeiro em 23 de dezembro, após ter recebido uma gorjeta de 42\$000 pelos serviços a serem prestados. Passados cinco dias, no entanto, Maria Isabel registra que a ama-de-leite escolhida foi comprada e liberta, obrigando-a a continuar a procurar outra para substituí-la. (IDEM, IBIDEM, p. 212).

O terceiro exemplo ilustra as formas de tratamento a que os negros escravizados eram submetidos, o que expressa o medo dos seus “donos” em perder a sua única fonte de renda. Para que o leitor adquira ou reforce tal visão, consideraremos os ocorridos na província de Goiás por intermédio ao que está registrado nas folhas do *Matutina Meiapontense*, “primeiro jornal goiano e que circulou na cidade de Pirenópolis, de 1830 a 1834” (ALENCASTRE, 1979, p. 9).

A professora Maria de Fátima Oliveira (2013) revisita certos aspectos da história de Goiás por intermédio das edições do *Matutina Meiapontense* “detectando a incidência dos diversos assuntos tratados no mesmo período e a visão de mundo nele veiculada” (p. 01). Dentre os quinze assuntos principais do referido jornal, está o que faz referência à fuga de escravos que ocorria na região de Pirenópolis.

De acordo com a mesma autora, no que diz respeito às fugas de escravos, o *Matutina Meiapontense* é prioritariamente voltado para anúncios de fugas e as respectivas recompensas para quem encontrar um escravo fugido, como mostra o seguinte exemplo:

...fugiu um escravo de nome José, crioulo estatura ordinária, cheio de corpo, cara redonda, pinta de branco na barba, como na cabeça, com o nariz, e beiços feridos de bobas; orelhas grossas da mesma moléstia, com um grande calo de ferida na perna direita, de idade de 40 para 50 anos mais ou menos. O Anunciante promete dar 12\$000 rs a quem o pegar, e trazer, e se for fora da Província dará 30\$000 (A Matutina Meiapontense, 1832, n.º 326 apud OLIVEIRA, 2013, p. 8).

Sobre esse tipo de anúncio a mesma autora diz que “dois aspectos chamaram a atenção nas notícias sobre esse tema: significativo número de anúncios sobre as fugas, com grande variação no valor das recompensas e a omissão sobre a vida, cotidiano, alimentação e tratamento geral dados aos cativos” (p. 9). Tal consideração nos serve de prova suficiente de que em Goiás a força escrava, indubitavelmente, mantinha o nível de vida das altas sociedades rural e urbana.

Em consideração aos três exemplos sugeridos para o presente artigo, numa abordagem meramente econômica, pode-se inferir que a força escrava representava o principal meio de obtenção e manutenção das riquezas de fazendeiros e barões ao longo do século XIX, configurando-se como a energia necessária na dinâmica econômica das províncias, conforme propõe Clóvis Moura (1987). Perdê-la significava o prenúncio do prejuízo financeiro, do declínio econômico e do risco de um desequilíbrio em pleno tapete da alta sociedade.

Entretanto, conforme já exposto anteriormente, nem todos negros escravizados se sujeitavam por muito tempo como mercadorias ou meros animais. Grande parte deles se rebelava na primeira oportunidade que surgisse, o que resultava na fuga e na consequente formação de quilombos.

CONSOLIDAÇÃO DE QUILOMBOS E TERRITORIALIDADES NEGRAS

A formação histórica dos quilombos no território brasileiro perpassa, antes mais nada, pelos sentimentos, dentre os africanos escravizados, de sujeição dolorosa nos navios negreiros, de afastamento mandatário de seus lugares de origem, de tratamento enquanto mercadorias, de servidão e de alteração forçosa de parte de seus hábitos, originários de suas terras natais. Em contrapartida, permeando-os, as diferentes formas de resistência aos poucos foram se aflorando, resultando, dentre outros eventos, na formação de quilombos, tradicionalmente entendidos como lugares de escravizados em fuga.

Sobre os quilombos brasileiros, não poderíamos deixar de ponderar os trabalhos da historiadora Beatriz Nascimento, uma das pesquisadoras negras que mais se dedicou ao estudo de quilombos brasileiros. “Por quase vinte anos, entre 1976 e 1994, ela esteve às voltas com essa temática” (RATTS, 2007, p. 53). Para a mesma autora o quilombo assumia um significado amplo de resistência negra em diversos espaços (não somente físicos) (IDEM, IBIDEM, p. 54).

No Brasil, diversas pesquisas direcionadas aos quilombos já foram concluídas e várias outras estão em fase de execução. Mesmo diante de tão volumoso número de produções, o que se percebe, ainda, mesmo na Universidade, é que, em alguns casos, persistem referências simplistas sobre quilombos. No imaginário social prossegue a definição de que os quilombos contemporâneos se configuram meramente como um agrupamento de negros formado por descendentes de escravizados fugitivos, em geral, das zonas canavieiras, mineradoras e cafeeiras que no Brasil existiram do século XVI ao início do século XX. Geralmente, Palmares constitui o grande modelo de quilombo. Talvez a prevalência de tais pensamentos esteja atrelada às trajetórias intelectuais, acadêmicas e de vida, além do próprio papel da mídia que trata os quilombos, em grande parte das reportagens televisivas, com um alto teor de exotização.

Frente à atual realidade dos quilombos rurais e urbanos, acreditamos que o conceito construído por Beatriz Nascimento (1985) e o definido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) são os que correspondem ao mais próximo no que diz respeito às constituições, às organizações, às práticas e às trajetórias dos quilombos brasileiros. Nessa lógica, para a definição de quilombo, Beatriz Nascimento contempla “as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na lua árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica” (NASCIMENTO, 1985, p. 41). Para ela, trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história do povo negro um marco na sua capacidade de resistência e organização (IDEM, 1982, p. 26).

Ultrapassando a ideia de que quilombo se configura meramente como uma área delimitada e habitada por descendentes de escravos, o documento da ABA propõe pensar quilombo a partir de um cotidiano de vivências, de práticas de resistência e de experiências vividas que constroem uma trajetória comum, sem a necessidade da construção de um espaço propriamente demarcado. Eis a definição expressa pela ABA:

Quilombo tem novos significados na literatura especializada, também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha conteúdo

histórico, vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho nem número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Constituem grupos étnicos conceituados pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento por normas e meios de afiliação ou exclusão (ABA, 1994).

Ao longo da nossa pesquisa, realizada por intermédio da bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/UFG), no período de 08/2002 a 07/2003, durante o curso de graduação em Geografia, identificamos que, em se tratando da relação entre cultura, trabalho e natureza, torna-se necessário o entendimento da territorialidade como elemento fundamental que ao mesmo tempo compõe e influi diretamente na identidade de um grupo étnico.

No referido período visitamos algumas localidades, as quais nos serviram de base para identificarmos a constituição de territorialidades dentre grupos tradicionais do Cerrado, mas foi notoriamente no Engenho, área Kalunga, é que observamos que sua territorialidade se dá na inserção do grupo étnico no contexto histórico da região, marcada pela formação de quilombos no século XVIII, assim como aponta Mary Karasch (1996, p. 252), na interação com a terra por meio dos modos de plantar, habitar e relacionar-se com o cerrado e nas relações de produção, no qual podem ser considerados(as) como pequenos(as) produtores(as) tendo em vista outros casos em que a apropriação da terra se faz por unidades familiares sob uso comum.

Esse estudo nos serviu de base e, fazendo-se uma transposição teórica, podemos, perfeitamente, acrescentar os lugares da metrópole, principalmente bairros próximos [ou não] e, por vezes, contíguos, que são “vividos, conhecidos e reconhecidos pelos(as) moradores(as) dos núcleos negros rurais” (RATTS, 2003, p. 45).

Na análise dos espaços negros urbanos, foi em Raffestin (1993, p. 144) que encontramos o aporte necessário para abarcarmos o espaço do qual os grupos étnicos se apropriam “concreta ou abstratamente pela representação”. Nas expressões adequadas

desse autor, trata-se de “um território visto e/ou vivido”, “um local de relações” e, enfim, “o espaço que se tornou uma relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 144-147).

O espaço é elemento constitutivo e produto de encontros/confrontos étnicos e raciais e a unidade de análise pode variar do território nacional à habitação familiar (RATTS, 2004b). Contribuições de Léfèbvre (apud Corrêa, 2005) apontam para o fato de que o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção ou, em outras palavras, da sociedade. A assertiva de que o espaço é social também inspirou Milton Santos (1982) quando se refere à formação sócio-espacial, sendo esta um ponto para explicar que “uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade” (SANTOS, 1982, p. 26). Não é viável falar de sociedade sem falar de espaço e vice-versa, portanto, a categoria formação sócio-espacial permite uma concepção paradigmática no sentido de que o espaço é mais que um reflexo social e sim um fator social.

Estudos voltados ao espaço urbano permitem uma transitoriedade sobre noções de espaço vivido e de reprodução das relações sociais numa perspectiva em que se possam ser revelados “as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, enfim, vivem e fazem a vida caminhar” (CORRÊA, 2005, p.32). É na cidade que se configuram as relações sociais (CAVALCANTI, 2001), que se fragmenta a sociedade por meio de aspectos sociais, culturais, raciais e de gênero, portanto, não se pode ausentar do espaço urbano para focar contradições, espacialidades vividas diferenciadas por quilombolas que se apropriam do território.

Ainda nesse viés, os autores Claudelir Correa Clemente & José Carlos Gomes da Silva (2014) desenvolveram um artigo baseado em etnografias de afrodescendentes de São Paulo/SP e de Uberlândia/MG com a busca de experiências sociais de cada grupo com seus territórios e formas de sociabilidades. Os referidos autores trabalham a noção do que denominam “a força imagética da territorialidade, traduzida em conceitos como quilombos, terreiros e territórios negros” (CLEMENTE & SILVA, 2014, p. 87).

Historicamente constituídos, os quilombos, como grupos etnicamente diferenciados, existentes tanto em meio rural quanto nas cidades, podem ser entendidos, independentemente do “tipo” de abordagem considerada, a partir de suas dinâmicas culturais, de suas representações e organizações espaciais, da impregnação de seus elementos simbólicos nos seus territórios, valorizando-se, assim, as ações coletivas e

individuais. São grupos que, de uma forma ou de outra, transmitem suas trajetórias e percebem sua ancestralidade africana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia – Documento de 1994.

ALENCASTRE, J. M. P. de. **Anais da província de Goiás**. Goiânia, Secretaria do Planejamento e Coordenação, 1979.

CAVALCANTI, L. de S. Uma geografia da cidade - Elementos da produção do espaço urbano. In: _____. (org.). **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2001.

CLEMENTE, C. C. & SILVA, J. C. G. da. Dos quilombos à periferia: reflexões sobre territorialidades e sociabilidades negras urbanas na contemporaneidade. In: **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v. 4, pp. 86-106, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/26993>. Acesso em: 10/09/2014.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. pp. 15-48.

GUSMÃO, N. M. M. **Negro e camponês: cultura política e identidade no meio rural brasileiro**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 6, n.3, 1992.

IANNI, O. **Escravidão e Racismo**. São Paulo, HUCITEC, 1978.

KARASCH, M. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, J. J. R e GOMES, F. S. (Orgs.) **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo, Companhia ds Letras, 1996, pp. 240-262.

MAUAD, A. M. & MUAZE, M. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, A. de C. (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2004, pp. 197 – 228.

Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na província do Rio de Janeiro, Barão do Paty do Alferes, 1863.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo, Editora Ática, 1987.

NASCIMENTO, M. B. **Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso**. Estudos Afro-Asiáticos 6-7. Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, 1982, pp.259-265.

_____. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Afrodiáspora Nos. 6-7, 1985, pp. 41-49.

OLIVEIRA, M. de F. **A imprensa chega ao sertão: a matutina meiapontense (1830/1834).** In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, 14p.

PALACÍN, L & MORAES, M. A. de S. **História de Goiás.** 6º Ed. Goiânia: Ed. Da UCG, 1994.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: _____. **Espaço e sociedade: ensaios.** Petrópolis: Vozes, 1982, pp. 9-22.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. [1.ed. francesa:1980].

RATTS, A. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

_____. As etnias e os outros: as especialidades dos encontros/confrontos. In: **Espaço e Cultura.** UERJ, Rio de Janeiro, n. 17-18, jan./dez. de 2004b. pp. 77-89.

_____. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, M. G & RATTS, A. J. P. (Orgs.) **Geografia: leituras culturais.** Goiânia: Alternativa, 2003, pp.29-48.

